



## **LEI ORDINÁRIA Nº 1870**

*de 24 de fevereiro de 2017*

**Autoriza o Poder Executivo a celebrar os Convênios, Termo de Parceria, Termos de Colaboração de Fomento e de Contribuição, e acordo de cooperação e dá outras providencias.**

*GUILHERME ALVES MONTEIRO, Prefeito do Município de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica no município, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:*

**Art. 1º..** *Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio-financeiro, contribuições, cooperação ou subvenção social através de Convênios, Termos de Colaboração ou Fomento, Termos de Contribuição, Acordo de Cooperação celebrado em parceria com entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos.*

**Art. 2º..** *Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o Hospital Marechal Rondon, entidade filantrópica, inscrita no CNPJ 03.202.777/0001-27, até o valor de R\$ 4.248.267,96 (Quatro milhões, duzentos e quarenta e oito mil, duzentos e sessenta sete reais, noventa e seis centavos) para o exercício de 2017, podendo ser prorrogado anualmente até o limite autorizado por esta lei.*

**Art. 3º..** *Fica o Poder Executivo autorizado a firmar termos de colaboração ou de fomento com as organizações sociais, sem fins lucrativos, para transferência de recursos destinados à execução de atividades ou projetos de interesse e competência do município nos áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, meio ambiente e esporte, entre outras, através processo de inexigibilidade de chamamento público, com as seguintes entidades:*

**I.**

*Associação Pestalozzi de Jardim-MS, até o valor de R\$ 245.089,92 (duzentos e quarenta e cinco mil e oitenta e nove reais e noventa e dois centavos) neste exercício de 2017, podendo ser prorrogado anualmente até o limite desse valor;*

**II.** *Rede Feminina de Combate ao Câncer, até o valor de R\$ 24.000,00 (vinte quatro mil reais) neste exercício de 2017, podendo ser prorrogado anualmente até o limite desse valor;*

**III.** *Asilo São Francisco de Assis, até o valor de R\$ 11.244,00 (onze mil, duzentos e quarenta e quatro reais) neste exercício de 2017, podendo ser prorrogado anualmente até o limite desse valor;*

**IV.** *Fundação Padre José Ferrero, até o valor de R\$ 233.115,96 (Duzentos e trinta e três mil, cento e quinze reais, noventa e seis centavos) neste exercício de 2017, podendo ser prorrogado anualmente até o limite desse valor;*

**V.** *Fundação de Proteção à Criança e ao Adolescente Profº. Leonor Barbosa Flores - Casa da Garota, até o valor de R\$ 157.416,00 (cento e cinquenta e sete mil, quatrocentos e dezesseis reais) neste exercício de 2017, podendo ser prorrogado anualmente até o limite desse valor;*

**VI.**

*Oficina de Caridade Santa Rita de Cássia, até o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) neste exercício de 2017, podendo ser prorrogado anualmente até o limite desse valor;*

**VII.** *Fundação Nelito Câmara, até o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) neste exercício de 2017, podendo ser prorrogado anualmente até o limite desse valor;*

**Art. 4º..** Fica o Poder Executivo autorizado o firmar Termo de Contribuição com entidades sem fins lucrativo, para repasse de contribuições, como despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens e serviços e que não seja reembolsável pelo recebedor, inclusive as destinadas a atender a despesas de manutenção de entidades de direito privado sem fins lucrativos, que desenvolvam atividades de interesse da população local, nas áreas de esporte, lazer, cultura, desenvolvimento social e econômico, entre outras áreas.

**Parágrafo único. .** Fica autorizado o repasse anual de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para o Associação de Universitários de Jardim - UNIJAR, neste exercício de 2017, podendo ser prorrogado anualmente até o limite desse valor.

**Art. 5º..** As despesas decorrentes desta lei foram consignadas no orçamento para 2017.

**Art. 6º..** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º..** Revogam-se disposições em contrário.

*Jardim-MS, 24 de Fevereiro de 2017.*

**GUILHERME ALVES MONTEIRO** Prefeito Municipal

---

*Lei Ordinária Nº 1870/2017 - 24 de fevereiro de 2017*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*